

As narrativas das crianças institucionalizadas A experiência de maus-tratos e a construção dos modelos representacionais

Mariana L. Sousa¹ & Orlanda M. Cruz¹

¹Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

O estudo aqui apresentado tem como objectivo analisar de que modo as experiências de maus-tratos estão associadas ao processo de construção dos modelos representacionais das figuras parentais em crianças institucionalizadas. O enfoque desta análise incide sobre a problematização das hipóteses representacional e da regulação emocional (Clyman, 2003). Participaram, neste estudo, 22 crianças em idade escolar e institucionalizadas, tendo sido utilizada a Entrevista de Avaliação das Representações das Crianças acerca das Figuras Parentais. A análise de conteúdo das entrevistas baseou-se numa adaptação do sistema de codificação de Custódio e Cruz (2008). Os resultados foram comparados com os obtidos por aquelas investigadoras, a partir de uma amostra de 59 crianças não institucionalizadas, e apontam para a complementaridade e interdependência da hipótese representacional e da hipótese da regulação emocional. Defende-se, assim, a multidimensionalidade do processo de construção dos modelos representacionais.

Palavras-chave: representações; narrativas; institucionalização; maus-tratos

1. INTRODUÇÃO

As metodologias narrativas são comumente utilizadas na investigação sobre os processos representacionais, por constituírem uma forma privilegiada de aceder ao processo de construção da realidade (e.g. Emde, 2003; Custódio & Cruz, 2008; Holmberg, Robinson, Corbitt-Price, & Wiener, 2007; Perry, Burston, Stevens, Steale, Golding, & Golombok, 2004). Permitem analisar as significações que as crianças conferem aos diversos contextos vivenciais e às redes relacionais a eles adstritas (Emde, 2003). Embora em estreita relação com a realidade, não são nem uma mera cópia desta, nem dos sentimentos e fantasias a ela associados (Hoodges, Steele, Hillman, & Henderson, 2003). As narrativas assemelham-se, antes, a “espelhos dos pensamentos e a pensamentos acerca das relações emocionalmente significativas” (Oppenheim, Emde, & Warren, 1997, p. 127).

As experiências de maus-tratos são cruciais na forma como as crianças se percebem a si próprias, aos seus cuidadores e ao mundo. A forma como as crianças maltratadas perspectivam as experiências vividas no contexto familiar pode assumir-se como um importante mediador do seu desenvolvimento, nos diversos contextos de

socialização (Clyman, 2003). Os investigadores têm vindo a utilizar, de forma crescente, metodologias narrativas para aceder às representações construídas por estas crianças acerca da dinâmica familiar (e.g. Cicchetti et al., 1999; Grych et al., 2002; Oppenheim, Emde, & Warren, 1997; Oppenheim, Nir, Emde, & Warren, 1997; Waldinger, Toth, & Gerber, 2001).

A investigação com base na análise comparativa de crianças maltratadas e não maltratadas evidencia que as primeiras diferem substancialmente das não maltratadas no que concerne à construção dos seus modelos representacionais (e.g. Macfie et al., 1999; Macfie, Cicchetti, & Toth, 2001; Toth, Cicchetti, Macfie, & Emde, 1997).

A partir da análise dos resultados das investigações realizadas neste domínio, Warren (2003) concluiu que, além de evidenciarem uma menor responsividade durante a administração dos instrumentos, as crianças maltratadas construía narrativas em que:

- 1) o abuso físico e/ou sexual e a negligência constituía os temas preponderantes;
- 2) o personagem que representava a criança não era ajudado pelos outros personagens;
- 3) os personagens que representavam as crianças e os cuidadores intervinham menos para resolver as situações de conflito e tensão;
- 4) constavam mais comportamentos participantes da criança para resolver as situações problemáticas e de tensão;
- 5) a criança era caracterizada negativamente;
- 6) as figuras parentais eram retratadas de forma negativa;
- 7) a criança assumia comportamentos de parentificação na interacção com os cuidadores (inversão de papéis);
- 8) figuravam menos temas morais-afiliativos e comportamentos pró-sociais;
- 9) prevaleciam temas de conflito, agressão, desobediência e/ou de índole sexual.

No entanto, a investigação sobre as narrativas das crianças maltratadas sugere também que os resultados obtidos com base em narrativas estão inconsistentemente relacionados com as experiências dessas crianças com as figuras parentais (e.g. Alessandri, 1991; Macfie et al., 1999). Estes resultados apontam para a possibilidade de, na construção das narrativas das crianças maltratadas, poderem interferir outros aspectos, além das representações das experiências vividas em contexto familiar. No âmbito desta discussão, surgem duas hipóteses explicativas, a representacional e a da regulação emocional (Clyman, 2003).

A hipótese representacional preconiza que as crianças maltratadas tendem a representar crianças em situações de conflito e tensão emocional, reproduzindo, nas suas narrativas, a dinâmica e as vivências no contexto familiar. Assume que estas crianças tenderão a reconstruir as experiências negativas e os episódios de maus-tratos de que foram vítimas (e.g. August & Foreman, 1989; Herzberger, Potts, & Dillon, 1981).

Por seu turno, a hipótese da regulação emocional funda-se na assunção de que as crianças modificam, ou evitam retratar, determinados comportamentos dos personagens nas suas narrativas, de modo a evitar o confronto com as emoções negativas por eles despoletados (Clyman, 2003). Pressupõe que, na origem da reduzida consistência das associações encontradas nos estudos neste domínio, poderá estar um mecanismo de regulação emocional. As crianças contam histórias, no intuito de explorar diversas possibilidades e de conferir significações às suas experiências. Podem utilizar as histórias para imaginar a forma como gostariam que o seu mundo fosse, ou para retratar, de forma fidedigna, o que ele efectivamente é. Trata-se, por conseguinte, de um processo inerentemente afectivo, que pode ser particularmente notório em crianças vítimas de maus-tratos, que se vêem forçadas a lidar com o comportamento agressivo, ou negligente, das figuras parentais.

Em suma, as sucessivas investigações desenvolvidas neste domínio apresentam conclusões díspares no que concerne à forma como as crianças retratam o *self* e a interacção com os cuidadores. Alguma da variabilidade encontrada é, porventura, justificada pelas diferenças existentes ao nível das metodologias utilizadas na análise dos vários domínios comportamentais, como o comportamento sexual e a agressão (Clyman, 2003). Não obstante, a literatura parece indicar que, quer as representações, quer as estratégias de regulação emocional, influenciam o modo como as crianças retratam a interacção com os cuidadores, nas suas narrativas.

Tivemos já oportunidade, numa investigação anterior, realizada no contexto português, de estudar as representações das crianças de oito e nove anos, com trajectos desenvolvimentais normativos, acerca das figuras parentais (Custódio, 2005, Custódio & Cruz, 2008). Na continuidade deste estudo, pretende-se, agora, com base nos pressupostos teóricos enunciados: i) comparar as representações das crianças institucionalizadas com as das crianças não institucionalizadas; ii) compreender de que modo as experiências de maus-tratos estão associadas ao processo de construção dos modelos representacionais.

2. MÉTODO

2.1 Participantes

Participaram, nesta investigação, 22 crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, sendo 15 do sexo feminino (68.2%) e 7 do sexo masculino (31.8%). Cinco tinham 6 anos (22.7%), quatro tinham 7 anos (18.2%), sete tinham 8 anos (31.8%), duas tinham 9 anos (9%), uma tinha 10 anos (4.5%), uma tinha 11 anos (4.5%) e duas tinham 12 anos (9.1%).

As crianças encontravam-se institucionalizadas em três centros de acolhimento temporários (CAT) do distrito do Porto. Do total de participantes, 10 (45.5%) residiam no centro A, 8 (36.4%) no B e 4 (18.2%) no C. De acordo com a informação fornecida pelos técnicos das instituições, do total de participantes, 18 (81.8%) provinham de um nível socio-económico médio inferior e 4 (18.2%) de um nível médio baixo.

No que respeita às experiências de maus-tratos e/ou negligência, 21 (95.5%) sofreram maus-tratos e/ou negligência e 1 (4.5%) nunca sofrera maus-tratos. Quanto à natureza dos maus-tratos, 7 crianças (31.8%) tinham sofrido maus-tratos físicos, 6 (27.3%) maus-tratos emocionais e 19 (86.4 %) negligência.

2.2 Instrumentos

Neste estudo, foram utilizados os seguintes instrumentos: Questionário de Identificação e Entrevista de Avaliação das Representações das Crianças acerca das Figuras Parentais (EARCFP).

2.2.1 Questionário de Identificação

O questionário de identificação visava sistematizar a informação relativa às seguintes dimensões i) dados identificatórios; ii) processo de institucionalização; iii) contacto com a família biológica; iv) rede de suporte social (formal e informal) de que a criança beneficiava; v) história médica (doenças/problemas físicos).

2.2.2 EARCFP

Com o fito de aferir as especificidades das representações das crianças institucionalizadas acerca das figuras parentais, foi utilizada a Entrevista de Avaliação das Representações das Crianças acerca das Figuras Parentais (EARCFP, Custódio, 2005; Custódio & Cruz, 2008).

A EARCFP é uma entrevista semi-estruturada, constituída por dez inícios de histórias, com duas versões paralelas (uma para a figura materna e outra para a figura paterna). As histórias descrevem situações de interacção entre pais e filhos. Em cinco histórias, o tema dominante é o disciplinar (e.g. *“Durante o jantar o(a) menino(a) estava a cantar e a mãe (pai) disse-lhe para ele(a) parar de cantar e comer. Mas o(a) menino(a) continuou a cantar.”*), enquanto nas restantes predominam as temáticas de afecto (e.g. *O(A) menino(a) estava a andar de bicicleta muito rápido, caiu e magoou-se no joelho. Chegou a casa e queixou-se à mãe (pai).”).* No final da apresentação de cada início de história, é colocado à criança um conjunto de questões que versam os sentimentos dos protagonistas, ao longo da narrativa, as acções da figura parental, as justificações para esses sentimentos e essas acções e, finalmente, a conclusão da narrativa. Com o objectivo de ajudar as crianças a construir as suas narrativas, são utilizadas oito figuras ilustrativas das personagens envolvidas nas histórias, que podem ser manipuladas pelas crianças.

Na análise do conteúdo e subsequente processo de codificação, tem-se em conta, quer as dimensões de conteúdo propriamente dito (comportamento parental de afecto, comportamento parental disciplinar e clima emocional), quer as dimensões de estrutura (coerência emocional, coerência narrativa e conclusão). O sistema de codificação nominal, desenvolvido por Custódio (2005), foi convertido num sistema de codificação ordinal, de forma a contribuir para incrementar a sua sensibilidade, fidelidade e validade. Assim, foram definidas escalas ordinais para cada uma das nove categorias do instrumento (cf. quadro 1).

Quadro 1: Sistema de codificação ordinal da EARCFP

Dimensões/ Categorias		Escalas ordinais
Comportamentos Parentais de Afecto	1.Aceitação	1 (Inexistência) a 3 (Aceitação total)
	2.Rejeição	1 (Inexistência) a 3 (Rejeição total)
	3.Punição	1 (Inexistência) a 3 (Punição elevada)
Comportamentos Parentais Disciplinares	4.Indução	1 (Inexistência) a 3 (Indução elevada)
	5.Ausência de Confronto	1 (Inexistência) a 3 (Ausência de confronto elevada)
6.Clima Emocional		1 (Totalmente negativo) a 4 (Totalmente ou quase positivo)
7.Coerência Emocional		1 (Totalmente incoerente) a 4 (Totalmente coerente)
8.Coerência Narrativa		1 (Totalmente incoerente) a 3 (Totalmente coerente)
9.Conclusão		1 (Negativa) a 3 (Positiva)

2.3 Procedimento

2.3.1 Recolha de Dados

O processo de recolha de dados decorreu em três centros de acolhimento temporário (CAT), entre Setembro e Dezembro de 2008. Foi realizada por duas investigadoras, estudantes do Mestrado Integrado em Psicologia. As histórias disciplinares e afectivas, bem como as duas versões paralelas (figura paterna e figura materna), foram apresentadas de forma alternada durante a administração do instrumento.

A duração média da entrevista rondou os 45 minutos, ainda que o tempo despendido na administração tenha sofrido oscilações, em função das idiossincrasias e estilo de funcionamento pessoal de cada criança. As crianças mostraram-se colaborantes e investidas na tarefa, tendo a entrevista sido sentida como um momento de exclusividade e de gratificação pela generalidade dos participantes.

2.3.2 Processo de codificação das narrativas

Com o intuito de se familiarizarem com o sistema de codificação das narrativas, as duas investigadoras codificaram as 20 narrativas de 6 crianças, num total de 120 narrativas. Este período de treino permitiu uniformizar e aperfeiçoar o processo de codificação.

A análise do acordo intercodificador foi realizada nas dez categorias que integram o sistema de codificação. Baseou-se no cálculo do coeficiente de acordo (n° de acordos/ n° de acordos+ n° de desacordos) e do *Kappa* ponderado (*Weighted Kappa*). Esta medida permite corrigir o acordo susceptível de ser atribuído ao acaso, porque é sensível ao número de ocorrências em cada categoria.

Nas dez categorias analisadas, o acordo intercodificador oscila entre 98% e 100%, sendo a média 99%. Os valores mais elevados de desacordo foram obtidos nas categorias aceitação, rejeição e punição. Nas restantes categorias, os desacordos são praticamente inexistentes, variando o acordo entre 90% e 100%. Os resultados obtidos apontam para a elevada fidelidade do sistema de codificação.

Os valores do *Kappa* ponderado variam entre 90% e 100%, sendo a média 97%. Os valores mais reduzidos registam-se nas dimensões coerência emocional e coerência narrativa. Todavia, a força destes acordos é passível de ser considerada “quase perfeita” (Landis & Koch, 1977). Os valores do *Kappa* ponderado são ligeiramente inferiores aos

obtidos no acordo intercodificador, dada a sensibilidade deste índice à distribuição das frequências de resposta nas diferentes categorias.

3. RESULTADOS

Com vista a analisar as especificidades inerentes às representações das crianças institucionalizadas sobre as figuras parentais, os resultados desta investigação foram comparados com os obtidos por Custódio (2005; Custódio & Cruz, 2008), com uma amostra de 59 crianças não institucionalizadas, com 8 e 9 anos de idade (cf. quadro 2). Para tal calculamos o somatório das notas obtidas em cada categoria ao longo das 20 narrativas produzidas por cada criança (10 narrativas relativas à figura materna e 10 narrativas relativas à figura paterna).

Quadro 2: Comparação das categorias de conteúdo e estrutura da narrativa das crianças não institucionalizadas e institucionalizadas – médias (desvios-padrão) e valores *t*

Categorias	Não institucionalizadas	Institucionalizadas	<i>t</i>
Aceitação	40.24 (5.30)	37.91 (5.49)	1.74
Rejeição	39.76 (5.30)	39.41 (6.25)	.25
Punição	28.19 (5.96)	31.59 (6.12)	-2.27*
Indução	23.12 (4.32)	22.45 (3.17)	.66
Ausência de Confronto	38.36 (5.90)	37.05 (6.32)	.87
Clima Emocional	55.05 (8.09)	49.00 (8.42)	-2.96*
Coerência Emocional	63.66 (11.37)	53.45 (8.78)	3.80***
Coerência Narrativa	70.73 (10.15)	55.41 (9.82)	6.09***
Conclusão	53.15 (5.45)	49.50 (6.18)	2.59*

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

A análise comparativa das representações dos dois grupos revelou a inexistência de diferenças estatisticamente significativas nas categorias de conteúdo da narrativa, com exceção da categoria punição, em que se verificou que as crianças institucionalizadas representavam os pais como mais punitivos, e do clima emocional, sendo os estados emocionais descritos por estas crianças mais negativos. Nas categorias relativas à estrutura narrativa, os resultados são inferiores no grupo de crianças institucionalizadas, revelando que nestas crianças surge um número superior de emoções incongruentes, ou inadequadas (coerência emocional), existe uma maior

inconsistência e inadequação dos argumentos apresentados (coerência narrativa) e as conclusões tendem a ser mais negativas, quando comparadas com as não institucionalizadas. Nas narrativas das crianças institucionalizadas, figuram menos referências à mobilização de estratégias para a resolução das situações problemáticas. Estas crianças parecem representar as figuras parentais como menos sensíveis e responsivas às suas necessidades e desejos, o que se traduz, porventura, na menor atribuição de um final positivo às suas narrativas.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Sem opor, como argumentado, as duas hipóteses, por um lado, os resultados oferecem suporte à hipótese representacional e, por outro, à hipótese da regulação emocional. Na linha de outros estudos (e.g. Buchsbaum et al., 1992; Grych et al., 2002), esta investigação sugere que as experiências de maus-tratos e a condição de institucionalização parecem levar as crianças a construir representações mais negativas acerca dos pais, enquanto figuras de afecto e de disciplina. É o que verificamos nomeadamente na representação que as crianças apresentam dos comportamentos punitivos parentais (conteúdo da narrativa) e do clima emocional. Este dado é consonante com diversos estudos, que indicam que, em comparação com as crianças não maltratadas, as crianças maltratadas, descrevem, nas suas narrativas, mais comportamentos hostis, punitivos e de rejeição (e.g., Buchsbaum et al., 1992; Warren, 2003; Dias, 2008).

Levanta-se, porém, a questão de perceber porque é que, de entre as categorias relativas ao comportamento parental, apenas o comportamento disciplinar punitivo aparece diferenciado nos dois grupos de crianças. Os comportamentos punitivos são comportamentos de afirmação do poder, que se caracterizam por um elevado grau de saliência, quer em termos de acção, quer em termos emocionais (cf. Cruz, 2005). De acordo com o modelo do processamento da informação de Hoffman (1985), as técnicas de afirmação de poder, como a punição, estimulam na criança um nível de ansiedade superior ao que é usual, promovendo uma externalização da motivação para actuar de determinada forma. Quando, em situações disciplinares, predomina o recurso a estratégias de afirmação do poder, a atenção da criança centra-se nas consequências que o comportamento inadequado tem para si própria, agindo, por conseguinte, em função da antecipação da punição e desenvolvendo uma orientação moral externa, ou para o castigo. Por este motivo, nas narrativas das crianças institucionalizadas, figura um

maior número de referências a comportamentos parentais mais salientes, isto é, a pressões externas mais intensas (Lepper, 1985) do que as descritas nas narrativas das crianças não institucionalizadas.

No que respeita ao clima emocional, os resultados sustentam também a hipótese representacional, indiciando que, em comparação com as narrativas das crianças não institucionalizadas, as narrativas das crianças institucionalizadas tendem a ser pautadas por emoções mais negativas. Estes resultados são consistentes com os obtidos por Waldinger et al. (2001), que constatarem que as crianças maltratadas representavam os personagens das suas narrativas como estando mais magoados, tristes ou ansiosos do que as crianças não maltratadas.

Por outro lado, os resultados deste estudo oferecem, igualmente, suporte à hipótese da regulação emocional, dada a inexistência de diferenças estatisticamente significativas na representação dos comportamentos de afecto (aceitação e rejeição) e dos restantes comportamentos disciplinares (indução e ausência de confronto). Apesar das experiências de maus-tratos, as crianças institucionalizadas evitam retratar determinados comportamentos, para evitar o confronto com as emoções negativas a eles associados e, pelo contrário, constroem narrativas pautadas por comportamentos parentais de aceitação e emocionalmente neutros.

Por seu turno, as categorias que traduzem a estrutura da narrativa vão no sentido de apoiar a hipótese representacional. Na categoria coerência emocional, verificou-se que, em comparação com as histórias das crianças não institucionalizadas, nas narrativas das crianças institucionalizadas, é expresso um número superior de emoções incongruentes, ou inadequadas, em relação aos comportamentos e situações relatadas. Estes resultados coadunam-se com as conclusões do estudo de Shields et al. (2001), evidenciando que as narrativas das crianças maltratadas eram mais negativas/incoerentes e menos positivas/coerentes do que as das crianças não maltratadas.

Da mesma forma, na coerência narrativa, os resultados apontam para a presença de uma maior congruência e adequação dos argumentos apresentados nas narrativas das crianças não institucionalizadas. Estes resultados são consonantes com as conclusões dos estudos realizados neste âmbito (e.g. Buchsbaum et. al, 1992; Macfie et. al., 1999), que indicam que as crianças maltratadas exibem mais sinais de confusão e desorganização nas suas narrativas do que as não maltratadas.

Finalmente, na dimensão conclusão, observou-se que, nas narrativas das crianças institucionalizadas, as conclusões tendem a ser mais negativas do que nas narrativas das não institucionalizadas. De acordo com a hipótese representacional, e como mostra a literatura acerca do tema, nas narrativas das crianças institucionalizadas, há uma menor intervenção parental e da criança, no sentido de resolver as situações de conflito e de aliviar a tensão emocional por eles suscitada (e.g. Cicchetti et al., 1999; Macfie et al., 1999; Warren, 2003; Buchsbaum et al., 1992).

Em termos gerais, os resultados obtidos apontam para a complementaridade e interdependência da hipótese representacional e da regulação emocional. Por um lado, os resultados oferecem suporte à hipótese representacional, mostrando que, em comparação com as crianças não institucionalizadas, as crianças institucionalizadas: (1) representam as figuras parentais como mais punitivas; (2) descrevem mais estados emocionais negativos; (3) constroem histórias menos coerentes do ponto de vista emocional e narrativo; (4) conferem menos conclusões positivas às suas narrativas. Por outro lado, não foram observadas diferenças estatisticamente significativas nas categorias de conteúdo da narrativa aceitação, rejeição, indução e ausência de confronto entre as crianças institucionalizadas e as não institucionalizadas

Assim, estes resultados não autorizam à formulação de inferências definitivas, levando a crer que a experiência de maus-tratos não se encontra unívoca e linearmente associada à construção dos modelos representacionais. Neste processo, interferem, porventura, mecanismos de regulação emocional e uma constelação de variáveis que não são tidas em consideração pelas hipóteses representacional e da regulação emocional.

5. CONCLUSÕES

Replicando parcialmente os objectivos do estudo de Clyman (2003), o nosso estudo visava analisar as especificidades das representações das crianças institucionalizadas acerca das figuras parentais, através da sua comparação com as representações das crianças não institucionalizadas. Pretendia-se, deste modo, confrontar a hipótese representacional com a da regulação emocional, isto é, verificar se, nas suas narrativas, as crianças maltratadas revelavam as suas memórias, crenças e expectativas, ou se, no processo de construção representacional, interferia um mecanismo de regulação emocional conducente ao evitamento das experiências geradoras de sofrimento.

Os resultados obtidos não são definitivos na confirmação de nenhuma das hipóteses teorizadas por Clyman (2003). Apontam, antes, para a indissociabilidade e interdependência da hipótese representacional e da regulação emocional. Permitem, deste modo, questionar a assunção de que as narrativas infantis constituem cópias da realidade, das emoções e significados imputados pelas crianças às interações com os cuidadores. Embora as representações mantenham relações sistemáticas com a realidade, não a reproduzem fiel e objectivamente. As narrativas das crianças maltratadas permitem, sim, analisar a forma como estas crianças organizam mentalmente as experiências adversas. Ultrapassam, portanto, aquilo que a criança constrói e reconstrói a partir da experiência vivida. Enquanto (re)construções subjectivas, as narrativas comportam uma dimensão simultaneamente cognitiva e emocional. Por conseguinte, quando a realidade é demasiado dolorosa, ou geradora de sofrimento, as narrativas podem revelar alguns mecanismos de defesa utilizados para manter inconscientes os eventos despoletadores de emoções negativas (Clyman, 2003).

Ainda que não secundarizando a relevância dos mecanismos de regulação emocional no processo de construção representacional, importa considerar que as distorções da percepção da realidade podem ocorrer, não como resultado de um mecanismo de defesa, mas como consequência do modo como os modelos internos dinâmicos dos cuidadores e dos seus comportamentos se desenvolvem e estabilizam (Bretherton, 1985). Uma vez estruturados, estes modelos tendem a automatizar-se, tornando-se quase inconscientes. À medida que novas informações são assimiladas pelos modelos existentes, aumenta o grau de estabilidade, mas pode verificar-se alguma distorção ao nível da percepção, se as condições externas forem alteradas (Hodges et al., 2003). Estes modelos podem influenciar significativamente a forma como o indivíduo percebe e reage a novas situações e relações. Desta forma, modelos considerados adaptativos numa dada situação podem tornar-se desadaptativos noutras situações (Crittenden, 1988).

Interessa, também, reflectir acerca de algumas das limitações metodológicas desta pesquisa. Entre estas, encontra-se o reduzido número de participantes e a heterogeneidade da dimensão dos grupos de crianças institucionalizadas e não institucionalizadas. Em investigações futuras, poderá ser importante constituir grupos com um número superior e melhor distribuído de participantes. Acresce que a recolha de dados se efectuou junto de uma única fonte de informação. De acordo com uma abordagem ecológica e holística, poderá ser relevante alargar o leque de informadores,

de modo a favorecer uma avaliação compreensiva (Achenbach, 1990) do funcionamento da criança nos seus diversos contextos vivenciais. A estas limitações, soma-se a morosidade dos processos de administração, transcrição e codificação das entrevistas, que, se incrementa a eficácia, pode comprometer a eficiência deste instrumento.

Não obstante as restrições elencadas, este estudo poderá possibilitar o desenvolvimento de investigações futuras, com amostras de maior dimensão. A utilização desta entrevista com crianças institucionalizadas potenciará, porventura, um aprofundamento da análise das especificidades das representações destas crianças, oferecendo, em simultâneo, um importante contributo para o estudo da validade, fidelidade e consistência interna da EARCFP.

A nossa investigação visava ilustrar os matizes e complexidades de que se reveste o processo de análise do processo de construção dos modelos representacionais das crianças maltratadas. Afigura-se, pois, relevante explorar as questões levantadas, no sentido de prevenir interpretações lineares, o estabelecimento de relações de causalidade directa, ou mesmo a formulação de inferências demasiado ambiciosas, com base nas produções narrativas das crianças institucionalizadas.

CONTACTOS PARA CORRESPONDÊNCIA

Mariana L. Sousa: marianals@netcabo.pt

Orlanda Cruz: orlanda@fpce.up.pt

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alessandri, S. M. (1991). Play and social behaviors in maltreated preschoolers. *Development and Psychopathology*, 3 (2), 191-205.
- Achenbach, T. (1990). Conceptualization of developmental psychopathology. In M. Lewis & S. Miller, (Eds.), *Handbook of developmental psychopathology* (pp. 3-13). New York: Plenum.
- August, R., & Foreman, B. (1989). A comparison of sexually and nonsexually abused children's behavioural responses to anatomically correct dolls. *Child Psychiatry and Human Development*, 20, 39-47.
- Bretherton, I. (1985). Attachment theory: Retrospect and prospect. In I. Bretherton & E. Waters (Eds.), *Growing points of attachment theory and research. Child Development Monographs*, 209, 1-2.

- Buchsbaum, H. K., Toth, S.L., Clyman, R. B., Cicchetti, D., & Emde, R. N. (1992). The use of a narrative story stem technique with maltreated children: Implications for theory and practice. *Development and Psychopathology*, 4, 603–625.
- Cicchetti, D., Macfie, J., Toth, S., Rogosch, F., Robinson, J., & Emde, R. (1999). Effect of maltreatment on preschoolers' narrative representations of responses to relieve distress and of role reversal. *Developmental Psychology*, 35, 460-465.
- Clyman, R. (2003). Portrayals in maltreated children's play narratives: Representations or emotion regulation? In R. Emde, D. Wolf, & D. Oppenheim (Eds.), *Revealing the inner worlds of young children: The MacArthur story stem battery and parent-child narratives*. Oxford: University Press.
- Crittenden, P. (1988). Relationships at risk. In J. Belsky & T. Nezworski (Eds.), *Clinical implications of attachment* (pp. 300-323). Hillsdale: Lawrence Erlbaum.
- Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Custódio, S. (2005). *Os pais como figuras de afecto e de disciplina: Um olhar sobre as representações das crianças de idade escolar acerca das figuras parentais*. Dissertação de Mestrado não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Custódio, S, & Cruz, O. (2008). As representações mentais das crianças acerca das figuras parentais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24, 393-405.
- Dean, A., Malik, M., Richards, W., & Stringer, S. (1986). Effects of parental maltreatment on children's conception of interpersonal relationships. *Developmental Psychology*, 22, 617-626.
- Dias, A. (2008). *As representações narrativas de crianças em idade pré-escolar vítimas de mau trato*. Dissertação de Mestrado não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto.
- Emde, R. (2003). Early narratives: A window to the child's inner world. In R. Emde, D. Wolf, & D. Oppenheim (Eds.), *Revealing the inner worlds of young children: The MacArthur story stem battery and parent-child narratives*. Oxford: University Press.
- Grych, J., Schlaefel, T., & Klockow, L. (2002). Interparental aggression and young children's representations of family relationships. *Journal of Family Psychology*, 16, 259-272.

- Herzberger, S., Potts, D., & Dillon, M. (1981). Abusive and nonabusive parental treatment from the child's perspective. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 49, 81-90.
- Hoffman, M. (1985). Affective and cognitive processes in moral internalization. In E. T. Higgins (Eds.), *Handbook of motivation and cognition* (pp. 244-280), New York: Guilford.
- Hodges, J., Steele, M., Hillman, S., & Henderson, K. (2003). Mental representations and defences in severely maltreated children: A story stem battery and rating system for clinical assessment and research implications. In R. Emde, D. Wolf, & D. Oppenheim (Eds.), *Revealing the inner worlds of young children: The MacArthur story stem battery and parent-child narratives*. Oxford: University Press.
- Holmberg, H., Robinson, J., Corbitt-Price, J., & Wiener, P. (2007). Using narratives to assess competencies and risks in young children: Experiences with high risk and normal populations. *Infant Mental Health Journal*, 28, 647-666.
- Lemos, M., & Meneses, H. (2002). A avaliação da competência social: Versão portuguesa da forma para professores do SRRS. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18, 267-274.
- Lepper, M. R. (1985). Social-control processes and the internalization of social values: An attributional perspective. In E. T. Higgins, D. N. Ruble & W. W. Hartup (Eds.), *Social cognition and social development: A sociocultural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Macfie, J., Toth, S. L., Rogosch, F. A., Robinson, J., Emde, R. N., & Cicchetti, D. (1999). Effect of maltreatment on preschoolers' narrative representations of responses to relieve distress and of role reversal. *Developmental Psychology*, 35, 460-465.
- Macfie, J., Cicchetti, D., & Toth, S. L. (2001). The development of dissociation in maltreated preschool-aged children. *Development and Psychopathology*, 13, 233-254.
- Oppenheim, D., Emde, R., & Warren, S. (1997). Children's narrative representations of mothers: Their development and associations with child and mother adaptation. *Child Development*, 68, 127-138.

- Oppenheim, D., Nir, A., Emde, R., & Warren, S. (1997). Emotion regulation in mother – child narrative co-construction: Associations with children's narratives and adaptation. *Developmental Psychology*, 33, 284-294.
- Perry, B., Burston, A., Stevens, M., Steele, H., Golding, J., & Golombok, S. (2004). children's play narratives: What they tell us about lesbian-mother families. *American Journal of Orthopsychiatry*, 74, 467-479.
- Reidy, T. (1977). The aggressive characteristics of abused and neglected children. *Journal of Clinical Psychology*, 33, 1140-1145.
- Shields, A., Ryan, R., & Cicchetti, D. (2001). Narrative representations of caregivers and emotion dysregulation as predictors of maltreated children's rejection by peers. *Development Psychology*, 37, 321-337.
- Straker, G., & Jacobson, R. (1981). Aggression, emotional maladjustment, and empathy in the abused child. *Developmental Psychology*, 17, 762-765.
- Toth, S.L., Cicchetti, D., Macfie, J., & Emde, R. N. (1997). Representations of self and other in the narratives of neglected, physically abused, and sexually abused preschoolers. *Development and Psychopathology*, 9, 781–796.
- Waldinger, R., Toth, S., & Gerber, A. (2001). Maltreatment and internal representations of relationships: Core relationship themes in the narratives of abused and neglected children. *Social Development*, 10, 41-58.
- Warren, S. (2003). Narratives in risk and clinical populations. In R. Emde, D. Wolf, & D. Oppenheim (Eds.), *Revealing the inner worlds of young children: The MacArthur story stem battery and parent-child narratives*. Oxford: University Press.